



Embora visivelmente cansado, após uma noite às claras, cuidando de sua defesa, o deputado Ricardo Fiúza faz um longo e cansativo discurso de três horas, na abertura de seu depoimento na CPI da máfia do Orçamento

Fiúza supera primeira batalha na CPI

BRASÍLIA — Firme e sempre na ofensiva, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) rebateu a maioria das acusações de manipulação de verbas públicas e de participação em um esquema de corrupção, durante seu depoimento, ontem, na CPI da máfia do Orçamento. Relator do Orçamento de 1992, ele admitiu apenas ter incluído muitas emendas a pedido de parlamentares, mas todas legais. Negou ter sabido que os patrocinadores destas emendas tivessem recebido propina de empreiteiras. Os poucos tropeços de Fiúza aconteceram quando foi acusado de ter adulterado o Orçamento de 1992 após sua aprovação pelo Congresso.

— Isso aconteceu há dois anos, não posso me lembrar. Vou apurar e remeto à CPI — esquivou-se Fiúza, diante de um fax apresentado pelo deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), mostrando que as verbas do DNER haviam sido alteradas um mês depois de aprovado o Orçamento.

Segundo membros da CPI, o envolvimento de Fiúza no esquema de corrupção somente poderá ser comprovado agora se sur-



Fiúza examina documentos durante depoimento, auxiliado por seu filho

Edivaldo Ferreira

girem documentos que confirmem sua ligação com o deputado João Alves (PPR-BA). Na avaliação da maioria dos membros da CPI, Fiúza mostrou segurança nas respostas. Ele também sensibilizou os parlamentares com seu gesto de entregar à CPI as declarações de renda dele, de toda a sua família e de suas empresas nos últimos dez anos,

além dos seus extratos bancários de cinco anos para cá.

Antes do início do depoimento, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), já traduzia a preocupação dos membros da comissão:

— Vários parlamentares me ligaram ontem à noite alegando que tinham se concentrado no deputado João Alves e não ha-

viam tido tempo de preparar as perguntas para a inquirição do Fiúza. Queriam transferir o depoimento, mas eu decidi mantê-lo, já que o deputado pode ser reconvidado mais tarde, se for o caso — contou Passarinho.

Sobre as denúncias de dissolução do seu patrimônio, Fiúza não conseguiu responder a uma pergunta do senador Pedro Teixeira (PP-DF), que quis saber por que ele havia doado dois apartamentos a duas filhas se os imóveis não constavam de suas declarações de bens. Fiúza disse que não era responsável pelo gerenciamento de seus negócios e pediu que, ao invés de responder, fosse ouvido em uma audiência separada da subcomissão de patrimônio, junto com seu filho, responsável pelo patrimônio perante o fisco.

No final do depoimento que durou quase 13 horas, o deputado Ricardo Fiúza admitiu que o poder e a forma discricionária como o ministro do Bem-Estar Social (ou da Ação Social, como se chamava na sua época) administra a liberação das subvenções facilita a corrupção.

“Eu sei que estou sendo cansativo, mas devo esgotar ao máximo a minha defesa. E a minha vida que está em jogo.”

“Não tenho um centavo irregular. Hoje estou muito apertado em função da seca, sem crédito bancário e sem dinheiro para custeio.”

“Cada um dos meus filhos tem um apartamentozinho. Todo o meu patrimônio eu troco por quatro apartamentos em São Paulo.”